

---

**MODELO PARA QUEM? IDENTIDADE, RAÇA E FEMINISMO ASIÁTICO-BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE UNIVERSITÁRIAS NIPO-BRASILEIRAS**

Lina Emy Tei Kadomoto; Lina Emy Tei Kadomoto; Lina Emy Tei Kadomoto; Larissa Maués Pelúcio Silva.

lina.emy@unesp.br

*“Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, pesquisa financiada, inicialmente, pela PIBIC e, posteriormente, pela FAPESP.*

**Introdução:**

O feminismo asiático-brasileiro surgiu em 2016, com o objetivo de criar um espaço de expressão política para mulheres amarelas, interseccionando gênero com questões raciais. Ao se pautar na interseccionalidade, o movimento considera os conceitos de raça e de gênero de maneira interligada. Segundo Creenshaw (2002), as mulheres racializadas, geralmente, encontram-se num lugar de entrelaçamento entre o gênero, a classe, o racismo e a xenofobia (Creenshaw, 2002). Assim, na medida em que o movimento compreende os corpos asiáticos como racializados e estereotipados, ele permite o debate acerca das relações raciais no Brasil (Lee, Manghirmalani & Higa, 2019).

Esse movimento permite pensar sobre as vivências de mulheres cisgêneras com ascendência do leste asiático e como essas experiências impactam na construção de suas identidades. Algumas das principais pautas defendidas pelo feminismo asiático-brasileiro incluem o empoderamento feminino e a autovalorização dos corpos das mulheres amarelas (Lee, Manghirmalani & Higa, 2019).

O ativismo feminista-asiático se solidificou, principalmente, por meio das redes sociais digitais, como foi o caso da página no Facebook do grupo "Perigo Amarelo" e o blog "Outra Coluna", os quais discutem a questão racial no Brasil de forma política e com enfoque na população asiático-brasileira. Também é possível mencionar o surgimento da plataforma "LOTUS PWR", criada em 2016, também no Facebook. Tendo em vista o ativismo crescente do movimento nos últimos anos, é notável a emergência do tema e sua importância no que tange à construção da identidade de mulheres cisgêneras que se autoidentificam como amarelas.

**Objetivos:**

O objetivo dessa pesquisa é compreender como os estereótipos associados às mulheres cisgêneras de ascendência nipônica são vivenciados por universitárias nipo-brasileiras que se

autoidentificam como amarelas, além de mapear e analisar como essas mulheres compreendem e dialogam com o feminismo asiático-brasileiro.

### **Método:**

A metodologia utilizada consiste na articulação do levantamento bibliográfico - que visa retomar o processo migratório japonês e os estereótipos destinados à população nipodescendente, no Brasil - com a análise de dados coletados a partir da técnica Bola de Neve ou Snowball.

O levantamento bibliográfico contou com o uso de bases de dados, tais como o Banco de Teses e Dissertações CAPES; o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC); a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Portal Scientific Electronic Library Online (Scielo).

As entrevistas semi-estruturadas, por sua vez, foram aplicadas a um grupo de universitárias nipo-brasileiras autodeclaradas amarelas, com idade entre 18 e 28 anos, que tenham tido algum nível de contato com o feminismo asiático-brasileiro. A amostragem não probabilística segue a técnica Bola de Neve, na qual os primeiros participantes (informantes-chave) indicam novos contatos que atendam aos critérios da pesquisa (Vinuto, 2014). A seleção inicial ocorreu a partir de integrantes de um coletivo vinculado a uma universidade pública do interior paulista, que discute a temática proposta. A pesquisadora optou por questionar as participantes acerca das vivências de pessoas nipodescendentes no Brasil e, mais especificamente, das mulheres nipobrasileiras, a fim de verificar se os conceitos de estereótipo, preconceito, fetichização e mito da Minoria Modelo eram mencionados e de que forma seriam abordados.

Com a sistematização dos relatos das participantes e dos dados, foi realizada a análise narrativa interseccional das entrevistas semi-estruturadas e das informações obtidas a partir delas. Com isso, buscou-se compreender como diferentes marcadores sociais da diferença se entrelaçam nas histórias de vida e experiências das participantes, tal como elas mesmas as contam. Nesse processo, os materiais coletados foram correlacionados com os dados levantados na revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender a preponderância das vivências que abarcam a temática e os contextos em que ocorreram.

### **Resultados e Discussão:**

As participantes da pesquisa são nove universitárias autodeclaradas amarelas, com idades entre 18 e 28 anos, todas com ascendência nipônica, oriundas de diferentes cidades do

estado de São Paulo e inseridas em cursos diversos como Psicologia, Jornalismo, Design, Artes e Engenharia. Essa diversidade territorial, de trajetórias formativas e de contextos familiares permitiu observar como os processos de racialização e de subjetivação atravessam as vidas dessas jovens de forma singular, embora também marcada por pontos de convergência.

Um dos elementos centrais identificado nas narrativas diz respeito à experiência da racialização por meio do mito da *Minoria Modelo*, que associa os descendentes de asiáticos a características como inteligência, docilidade, dedicação aos estudos e sucesso profissional (Santos & Acevedo, 2013). Embora esse estereótipo seja comumente naturalizado socialmente como uma “imagem positiva”, ele opera como forma sutil de violência simbólica e racismo, pois impõe uma expectativa de desempenho constante, dificultando o reconhecimento de suas subjetividades em sua complexidade. Muitas das participantes relataram como, desde a infância, foram associadas automaticamente à ideia de serem boas alunas, especialmente em disciplinas como matemática, ou de serem sempre quietas, educadas e obedientes — marcações que desconsideram suas individualidades e criam um padrão idealizado e desumanizador.

Para além do mito da *Minoria Modelo*, as entrevistadas relatam sobre os estereótipos dirigidos a seus corpos, demonstrando de maneira contundente como os estereótipos operam na construção da alteridade e na manutenção de relações de poder, conforme discutem Crochik (1996) e Bhabha (1998). Segundo Crochik (1996), o estereótipo surge como um conteúdo dirigido a um objeto — neste caso, às mulheres nipo-brasileiras — e carrega em si uma reação de estranhamento, que se manifesta tanto nas piadas quanto nas tentativas de enquadrá-las em modelos fixos e redutores. Isso é evidente quando as entrevistadas relatam serem constantemente questionadas sobre hábitos culturais — como se comessem sushi todos os dias —, o que reforça a construção de uma identidade exotizada, desvinculada da condição de pertencimento ao contexto brasileiro.

Quando as entrevistadas relatam serem chamadas de “japinha” ou quando ouvem comentários como “abre o olho”, isso não é apenas uma brincadeira isolada, mas parte de um sistema de representação que reforça a desumanização através da hipervisibilização de suas características raciais. Isso dialoga diretamente com a noção de estereótipo proposta por Bhabha (1998), que entende esse dispositivo como um modo fixo de diferenciar o outro, ao mesmo tempo em que o mantém sob controle.

Além disso, o fato de serem identificadas e nomeadas genericamente como “japa” ou “china” - ou, até mesmo, confundidas com outras mulheres asiáticas - inclusive quando não possuem ascendência japonesa, revela a operação do estereótipo como um mecanismo de

apagamento das singularidades. Essa prática reforça uma lógica racializante que considera corpos amarelos como homogêneos, ignorando suas diferenças étnicas, culturais e individuais.

Ademais, os estereótipos direcionados às mulheres amarelas também se fizeram presentes nos relatos das participantes, exemplificando os estereótipos de Gueixa e de Dragon Lady (Ishida & Braga, 2019), já expostos no presente trabalho. Alguns dos relatos trazidos pelas entrevistadas são: “a gente é responsável, madura, ou a gente vai ser fofa, falar baixo, falar com a voz fina”; “acho que a mulher asiática tem aquele estereótipo de ser delicada, quieta, submissa”; “sempre falavam “ah, ela é tão quietinha, tão tímida, tão fofinha” e isso me incomodava porque eu não queria ter essa imagem de pessoa fofinha”; “eu sinto que rola uma certa infantilização das meninas asiáticas”, dentre outros.

Ainda que nem todas as participantes tenham usado o conceito de fetichização para descrever tais experiências, todas concordaram que tais vivências podem deixar marcas nessas mulheres - por vezes, traumáticas -, ao longo da vida. Dois exemplos que se destacaram nos relatos das participantes foram a questão da autoestima relacionada ao ideal de branquitude e o receio perante relacionamentos amorosos com pessoas brancas devido à fetichização de seus corpos.

É possível observar que o ambiente universitário se configurou como um ambiente em que muitas participantes vivenciaram experiências de racialização por meio do mito da Minoria Modelo ou da fetichização de seus corpos. Por outro lado, ele também atuou como um espaço propício à reflexão e ao aprofundamento sobre a racialização de corpos amarelos e, conseqüentemente, sobre o feminismo asiático-brasileiro.

Ressalta-se, por fim, que essa análise se encontra em processo de aprofundamento, devendo ser ampliada no decorrer da pesquisa financiada pela FAPESP, com a inclusão de novos dados e aprofundamento teórico-metodológico.

### **Conclusão:**

A análise parcial das entrevistas realizadas com universitárias nipo-brasileiras autodeclaradas amarelas revelou elementos significativos acerca da construção identitária dessas mulheres, sobretudo no que se refere às experiências com os estereótipos racializados e de gênero, bem como às aproximações e ressignificações promovidas a partir do contato com o feminismo asiático-brasileiro.

No que se refere às experiências com os estigmas, observa-se que as participantes relatam vivências marcadas, sobretudo, pela incidência dos estereótipos vinculados ao modelo da “Minoria Modelo” e à fetichização de mulheres amarelas. Tais estereótipos, discutidos na

literatura, aparecem, na experiência das entrevistadas, como atravessamentos que incidem desde a infância até a vida adulta, especialmente nas relações interpessoais e, por vezes, no ambiente universitário.

O contato com o feminismo asiático-brasileiro emerge, nos relatos, como um fator de ressignificação dessas vivências. As participantes apontam que, a partir do acesso a conteúdos produzidos nas redes sociais por coletivos, ativistas e pesquisadoras, foi possível nomear opressões antes naturalizadas, bem como tensionar os discursos e imaginários sociais impostos às mulheres amarelas no Brasil. Essa aproximação com o movimento também aparece como uma estratégia de fortalecimento subjetivo e coletivo, permitindo que as entrevistadas construam sentidos mais potentes sobre suas identidades.

### **Referências:**

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

CROCHÍK, José. Preconceito, Indivíduo e Sociedade. **Temas em Psicologia**. São Paulo, nº3, 1996

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. 171. 1/2002.

ISHIDA, Tamilyn; BRAGA, Eduardo. Fetichização da mulher leste asiática e de suas dispersões transnacionais: o papel do design em sua conscientização e resistência. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, vol. 8, nº 4, 2019.

LEE, C. R.; MANGHIRMALANI, J.; HIGA, L. M. **NARRATIVAS ASIÁTICAS BRASILEIRAS: identidade, raça e gênero**. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, F. F. dos; NAKASHIMA, H. A. Y.; TEDESCHI, L. A. (org.). **ENSAIOS SOBRE RACISMOS: Pensamento de fronteira**. São Paulo: Balão Editorial. p. 126-134. 2019.

SANTOS, Caynnã; ACEVEDO, Claudia. A Minoria Modelo: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. **Psicologia Política**. Vol. 13. nº27. 2013.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 25 maio. 2024.